

# JUNTA DE FREGUESIA DE USSEIRA

## APRESENTAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Os municípios e freguesias estão sujeitos às normas consagradas na Lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental, estando também sujeitos, na aprovação e execução dos seus orçamentos, aos princípios da estabilidade orçamental, da solidariedade recíproca entre níveis de administração e da transparência orçamental.

Assim, de acordo com a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, é obrigatório a elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil.

Os modelos definidos no ponto 7.2. do POCAL normalizam a estrutura de apresentação das receitas e das despesas nos seguintes mapas: Resumo das Receitas e das Despesas; Orçamento das Receitas por classificação económica; Orçamento das Despesas por classificação económica.

Nos termos do diploma que define o regime da contabilidade das autarquias locais, compete ao órgão executivo das autarquias apresentar a proposta do orçamento e das grandes opções ao respetivo órgão deliberativo.

A coordenação da organização e da preparação de tão importantes instrumentos de gestão está conferida ao presidente da junta, competindo-lhe difundir a estratégia e as linhas de orientação política e administrativa a seguir na elaboração dos mesmos.

### REGRAS PREVISIONAIS E PRÍNCÍPIOS ORÇAMENTAIS OBRIGATÓRIOS

Independentemente da liberdade que as Juntas de Freguesia dispõem na criação dos esquemas de trabalho para elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento estão sujeitas tal como os Municípios às normas consagradas na Lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental. O conjunto de princípios orçamentais a que a Lei alude resulta da conjugação do POCAL com a Lei de Enquadramento Orçamental.

Pela importância que elas assumem na preparação dos documentos previsionais, a sua menção neste documento de apresentação é indispensável para conhecimento de todos os eleitos e funcionários autárquicos.

### NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL OBRIGATÓRIAS

Compete ao órgão executivo, em geral, e ao seu presidente, em particular, a execução do orçamento, uma vez que lhe cabe a orientação e coordenação da ação autárquica e a superintendência na execução das deliberações do órgão executivo, competindo-lhe submeter a este órgão as propostas necessárias para a execução orçamental, cujo processo encerra grande diversidade de funções técnico-administrativas da competência dos responsáveis funcionais.

É o órgão executivo que têm a competência de avaliar a oportunidade dos projetos a levar a cabo, a sua rentabilidade económico-social e a responsabilidade de controlar todo o processo de execução económico-financeira.

O responsável funcional que prepara o orçamento têm um papel de relevo no acompanhamento e controlo da função financeira da autarquia dentro do quadro legal

## JUNTA DE FREGUESIA DE USSEIRA

estabelecido, cujos procedimentos gerais orientadores da execução orçamental, devem dispor das normas inscritas no sistema de controle interno.

A Arrecadação das receitas orçadas não tem as mesmas características que a autorização da despesa, a qual dá ao órgão executivo a possibilidade de assumir compromissos até ao valor orçado.

Segundo este preceito, só podem ser cobradas as receitas que tenham existência legal, isto é, aquelas com cobrança autorizada e inscrita no orçamento.

O processo de execução das despesas é bem mais complexo que o praticado para as receitas, requerendo que o executivo defina o modelo de gestão a prosseguir para a satisfação dos objetivos políticos, económicos e sociais que se pretende alcançar.

### ORÇAMENTO NOTA AO ORÇAMENTO

Trata-se de um documento previsional das receitas a arrecadar e das despesas a realizar no decorrer do próximo exercício pela Junta de Freguesia, tem que ser aprovado pelo respetivo órgão deliberativo.

A apreciação do orçamento pelo órgão deliberativo da freguesia é efetuada em sessão pública.

O orçamento das autarquias é o documento contabilístico onde são previstos todos os encargos ou aplicações e onde são computadas as receitas ou origem de fundos, para um período de tempo determinado e que após aprovação pelos órgãos competentes, se converte em lei económica fundamental da administração local.

### NOTA FINAL

Num contexto socioeconómico que o País atravessa, trás a quem ocupa cargos políticos, especialmente aos autarcas das Juntas de Freguesia, porque são eles que estão mais perto das pessoas, a obrigação de serem cautelosos e competentes na gestão dos poucos recursos postos à sua disposição, para além de saberem que no exercício das suas funções, todos os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos princípios em matéria de legalidade direitos dos cidadãos e na observação escrupulosa das normas legais e regulamentares aplicáveis aos atos por si praticados ou pelos órgãos a que pretendem - alínea a) do n.º 1 do artigo 4º da Lei 29/87, de 30 de junho – Estatuto dos Eleitos Locais.

Assim sendo, espera o Órgão Executivo que os documentos previsionais submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia de Freguesia mereçam dos seus elementos uma aceitação positiva a fim de continuar a garantir o normal funcionamento da autarquia.

**Freguesia de Usseira, 05 de dezembro de 2014**  
**O Órgão executivo**



**JUNTA DE FREGUESIA DE USSEIRA**

*Ignacio*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

**ANEXOS:**

- ✓ **ORÇAMENTO DA RECEITA**
- ✓ **ORÇAMENTO DA DESPESA**
- ✓ **RESUMO DO ORÇAMENTO**
- ✓ **GRANDES OPÇÕES DO PLANO**